

Adolescência prostituída: uma outra história da construção das hidrelétricas

Especial: repórteres da Fórum vão a Jirau e Santo Antônio e revelam a degradação vivida por jovens explorados sexualmente, com a conivência das construtoras e do poder público

nº 112 R\$ 8,90



ISSN

1519-8952

0,0,1,1,2

9771519895005



Com 15 anos, Solange está grávida de três meses, fruto de um envolvimento rápido com um operário de uma construtora

A outra face do progresso

As novas usinas hidrelétricas do Rio Madeira estão sendo construídas com a promessa de crescimento econômico para o Brasil. Mas o que se vê por trás das propagandas é a degradação da comunidade local, e quem sofre os efeitos mais fortes do abandono são as crianças e os adolescentes, muitas vezes levados à exploração sexual como única fonte de renda

POR MÁIRA STREIT, FOTOS JESUS CARLOS / IMAGEMGLOBAL

Desde as primeiras horas do dia, é possível encontrar mulheres na frente dos cabarés da principal rua de Jaci-Paraná, distrito situado a 90 quilômetros de Porto Velho, capital de Rondônia. Dezenas de bares, conhecidos como “bregas”, mantêm quartos improvisados para encontros sexuais. A explosão da prostituição é apontada como um dos sintomas mais evidentes do crescimento desordenado da localidade, cuja população saltou de 6 para 20 mil habitantes em poucos anos, principalmente em função da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira.

O empreendimento atraiu para lá milhares de operários que, vindos de várias regiões do país, deixaram a família para se aventurar no oeste amazônico em busca de trabalho. O intenso fluxo migratório transformou a rotina da comunidade e agravou também outros problemas como a violência e o tráfico de drogas. Agora, entidades de

defesa dos direitos infanto-juvenis alertam para a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas crianças e adolescentes de Jaci-Paraná. Sem políticas públicas consistentes, a exploração sexual acaba sendo o caminho encontrado por muitos jovens como forma de sobrevivência.

Segundo o coordenador de comissariado do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho, Raiclin Lima, a grande concentração de pessoas, predominantemente do sexo masculino, em um lugar isolado e empobrecido, causou forte impacto. “As meninas, que viviam de maneira pacata, estavam acostumadas a brincar e a pescar de acordo com os costumes locais. Depois disso, começaram a ser mais assediadas e a ter contato com as relações de consumo. Um celular, um iPod e todas essas coisas que encantam em um primeiro momento tornaram-se instrumentos de troca para as práticas sexuais”, conta.

Raiclin lembra que, antes da instalação da usina, as visitas do Juizado ao povoado de Jaci-Paraná se limitavam a três idas por ano, para palestras educativas. Com o tempo, a equipe intensificou a fiscalização e, hoje,

há um calendário previamente determinado para as visitas, que são feitas semanalmente ou a cada duas semanas. A ação ostensiva conseguiu diminuir a presença de adolescentes em prostíbulos, mas os aliciadores são rápidos na tentativa de burlar a vigilância.

Prêmio

Durante quatro meses de pesquisa, a equipe da **Fórum** acompanhou a realidade da região de Porto Velho, Jaci-Paraná e Nova Mutum, para mostrar o envolvimento de adolescentes no mercado sexual. O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da categoria “Mídia Alternativa, Comunitária e Online” do VI Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pelas organizações Andi - Comunicação e Direitos e Childhood Brasil, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).



O coordenador revela que a exploração sexual virou um comércio lucrativo para algumas figuras influentes e de alto poder aquisitivo da região. Meninas e meninos são trazidos de outros estados e até da Bolívia para serem expostos em festas promovidas, muitas vezes, em fazendas distantes dos olhos das autoridades. Para ele, existe uma rede camuflada, e os agenciadores atuam em locais como a “praia”, à beira do rio Jaci, conhecida como uma das parcas alternativas de diversão para os jovens das redondezas. Lá, é alto o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, e as músicas dançantes seguem embalando garotas de 13, 14 anos madrugadas adentro, cercadas por homens muito mais velhos. Raiclin frisa que todas as denúncias que chegam ao Juizado são encaminhadas às delegacias especializadas e, dessa forma, já foram efetuadas prisões de alguns dos aliciadores.

A conselheira tutelar Ângela Fortes cobra mais atenção dos governantes para a realidade das crianças e dos adolescentes de Jaci. Ela acredita que a ociosidade e a falta de investimento em educação fazem dos jovens vítimas cada vez mais fáceis. “Eles estão extremamente vulneráveis. Uma vez, atendi uma garota e, depois de muita conversa, ela confessou ser prostituída e disse que aquele era o único lugar em que se sentia valorizada”, lamenta.

Ângela enfatiza que o problema só será enfrentado com o fortalecimento do ensino público, da qualificação profissional e com



Jaci-Paraná: prostituição é um dos sintomas do crescimento desordenado da localidade

melhorias nas condições de saúde e moradia. E conta que já recebeu ameaças, mas não pretende se calar diante das situações que testemunha todos os dias. Conforme ela, o Brasil precisa conhecer melhor as dificuldades do povo amazônico. “Quando vamos ao Sul ou ao Sudeste e falamos sobre Rondônia, eles pensam que é um outro país”, pondera.

Menos prostíbulos e mais escolas

Não é difícil entender o desabafo de Ângela. As ruas sem asfalto e sem tratamento de esgoto, com seus incontáveis barracos de madeira, dão a medida da urgência que o as-

sunto requer. Quando o tema é educação, o cenário pode ser ainda mais desolador. Em visita à Escola Estadual Maria de Nazaré dos Santos, a reportagem da **Fórum** encontrou pátios completamente vazios. Os alunos haviam sido dispensados por causa do calor.

A umidade e as altas temperaturas, características do clima equatorial, eram intensificadas com quase 60 alunos espremidos em salas sem ventilação. Muitos passavam mal. Os funcionários tiveram que trazer seus próprios ventiladores para conseguirem trabalhar. A carga horária foi reduzida para quatro aulas por dia, de 30 minutos cada. E o que aprendem em tão pouco tempo? “Nada”, respondeu, indignada, uma aluna que deixava os portões da escola.

A situação se arrasta desde o início do ano. Mas, segundo a diretora Cláudia Setúbal, já foi pior. Em 2011, os estudantes eram divididos em quatro turnos, para revezarem o espaço e os professores disponíveis. Algumas séries funcionavam apenas no horário de almoço. Para acabar com esse corre-corre que, segundo ela, era desgastante para todos, o jeito foi sobrecarregar o número de pessoas por sala e extinguir as turmas do meio-dia.

A Escola Maria de Nazaré dos Santos possui, ao todo, 1,3 mil alunos do Ensino Fundamental e do Médio. É o único colégio estadual de Jaci-Paraná; os outros dois são da prefeitura. As três instituições de ensino tentam, precariamente, manter a atenção dos estudantes em uma região que, de acordo com levantamento da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA/RO), conta com 68 pontos de prostituição.

Na opinião da diretora, o assédio às alunas ficou incontrolável. “Veio uma quantidade exorbitante de homens para cá por causa das

Tiago gosta de escrever sobre o amor

Tiago* tem 16 anos. O sorriso fácil e o jeito despojado, segundo ele, são as armas que encontrou para burlar o sofrimento. “Eu brinco com todo mundo. Até na hora que não é para brincar, eu brinco. Raramente demonstro que estou triste”, diz. A expressão do rosto só muda quando ele fala do passado. O volume da voz diminui gradativamente e o olhar fica, quase sempre, preso ao chão.

Há dois anos, Tiago foi expulso de casa. A família não aceitava o fato de ele ser homossexual. Sem dinheiro, passou a morar de favor com conhecidos, mas também foi vítima de discriminação e se sentia ameaçado.

Desde criança, tentou ganhar alguns trocados recolhendo latinhas nas ruas, capinando quintal ou fritando pastéis em uma lanchonete. Não demorou muito para ser levado por colegas para um ponto de exploração sexual, próximo a uma das avenidas mais movimentadas de Porto Velho. “Não tenho ninguém por mim. Fui por necessidade, não estava aguentando mais. Não tinha roupa para ir para a escola, ficava com vergonha. Usei o dinheiro para me sustentar”, salienta.

As lembranças do ano que passou fazendo programas ainda incomodam. Hoje, ele tenta seguir a vida, sabendo que dificilmente apagará as marcas deixadas por tantos momentos conturbados. Porém, questionado sobre os planos para o futuro, ele volta a sorrir. Quer fazer uma faculdade. Pensa em cursar História ou, talvez, Letras. “Gosto de escrever sobre o amor”, conclui.



obras. As meninas já aprenderam, inclusive, a diferenciar os cargos mais elevados pela cor do uniforme que eles usam”, afirma. Cláudia relata que costuma vigiar a movimentação em torno da escola e anota a placa dos carros que, constantemente, buscam as adolescentes. “Elas preferem os engenheiros”, revela.

Os filhos das usinas

Solange* tem 15 anos e desistiu das salas de aula quando fazia a antiga 4ª série. Sonhos? “Tenho não, senhora”, diz. Pela primeira vez, ela começa a se preocupar com o que será do amanhã. A menina está grávida de três meses, fruto do envolvimento rápido com um dos milhares de “camargueiros” – como são chamados, na região, os operários da construtora Camargo Corrêa. O namorado paraense chegou a Rondônia com o pai, tios e primos para tentar emprego na Usina de Jirau. Quando soube do bebê, disse que não era dele e se negou a ajudar. Solange pensa em voltar para a escola, mas admite que, a partir de agora, será tudo mais difícil.

A amiga Daiane* vive um drama parecido. Ela conta que os “homens da firma” conquistam as garotas oferecendo bebidas, drogas, dinheiro e até comida em troca de favores sexuais. Com 15 anos, já foi casada duas vezes, e o último relacionamento, com um ex-funcionário das obras, acabou em decepção. Ela tem quase certeza de que está grávida. Ainda não teve coragem de fazer o teste, mas diz que sente muito sono e enjoo e, por isso, não consegue mais ir à aula. Se confirmar a suspeita, já decidiu pelo aborto.

O rapaz que a engravidou tem dois filhos em Manaus, um em Rio Branco, e abandonou outra menina grávida em um distrito vizi-



teria feito, mas eu sempre queria coisas que a minha família não podia me dar. Só que, agora, decidi não fazer mais. Na verdade, nunca gostei”, desabafa.

Michele não teve esperanças juvenis

Com 12 anos, Michele* foi abusada por um vizinho. Aos 13, começou a usar cocaína. Os encontros sexuais, desde então, tornaram-se uma alternativa para conseguir dinheiro. Completada a maioridade, ela conta que parou de estudar na 7ª série – atual 8º ano –, não faz mais programas e se esforça para lutar contra o vício das drogas.

Entre as pessoas que conheceu nas ruas, se envolveu com um homem mais velho, recém-chegado de Mato Grosso para ajudar na construção de uma das novas usinas de Porto Velho. Depois de dois meses, ele disse estar apaixonado, mas o romance não foi para frente. O pretendente era casado, tinha filhos e estava na cidade apenas de passagem. Michele diz que, depois de ter visto e vivido tantas situações, ficou descrente nos relacionamentos. “Por mais que os homens falem tanto, eu não acredito, não confio”, revela.

A menina de corpo magro e traços delicados fala com a dureza de quem não teve tempo, nem oportunidade, de alimentar esperanças juvenis. “Não gosto de lembrar dessa época. Se pudesse voltar, não

nhos. Provavelmente, não assumiria também o filho de Daiane. Enquanto isso, ela acaba cedendo às ofertas de outros “camargueiros” para pagar as contas da casa que divide com uma colega, já que nunca se entendeu com o padrasto; a mãe, dependente de drogas, tampouco pôde ajudá-la.

Histórias como essas são cada vez mais comuns. De acordo com dados da Maternidade Municipal de Porto Velho, a gravidez na adolescência apresentou um aumento significativo nos últimos anos. Atualmente, o índice de partos realizados em meninas de 10 a 19 anos está em torno de 28% do total de atendimentos. A diretora da unidade, Ida Perea, afirma que a menor taxa registrada foi de 25%, em 2010, após uma campanha massiva

de prevenção. Porém, em pouco tempo, o número voltou a subir e alcançou o pico de 31%.

Ida explica que a Região Norte lidera o ranking de mães adolescentes, seguida do Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Em Porto Velho e áreas adjacentes, a principal preocupação é com as garotas abaixo de 14 anos, pois é nessa faixa etária que o crescimento do número de casos de gravidez tem sido mais expressivo. A médica lembra que, pela lei, manter relações sexuais com pessoas menores de 14 anos é considerado estupro de vulnerável, mesmo que o adulto alegue que houve consentimento. “Nesse caso, podemos apontar para um aumento no número de estupros na região”, observa. Ela chama a atenção, ainda, para o fato de que boa parte dessa nova geração de porto-velhenses está nascendo sem qualquer apoio do pai. “A criança já vem ao mundo sem um direito básico, elementar, que é de ter a identidade paterna reconhecida”, aponta.

O juiz titular do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Velho, Dalmo Bezerra, diz que, com a grande quantidade de homens chegando e saindo do estado, fica difícil, muitas vezes, encontrar os autores da violência sexual. “Aqui eles são conhecidos como o ‘goiano’, o ‘paulista’, o ‘piauí’. Não têm sobrenome. Quando fomos procurar, existiam dezenas de pessoas com esses mesmos apelidos que já tinham ido embora”, ressalta.

Dalmo destaca que os “barrageiros” percorrem o País atrás de trabalho em grandes obras, como as hidrelétricas do rio Madeira, e não costumam ficar muito tempo no mesmo lugar. Por isso, é preciso que a cidade esteja

preparada para os impactos do grande fluxo migratório e, principalmente, para as consequências que virão quando a construção dos empreendimentos acabar. Para ele, entre os principais efeitos está a elevação do desemprego, a violência, a incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a gravidez precoce. O número de crianças sem registro do pai nos documentos também é apontado como um alerta. Ele lembra que a maioria dos jovens envolvidos, hoje, com a criminalidade não possui pai reconhecido. “Isso deve querer nos dizer alguma coisa. Vamos ter reflexo, ainda, por muitos anos”, finaliza.

Mutum: um distrito submerso

A 15 quilômetros de Jaci-Paraná, outra comunidade sente a influência direta das mudanças trazidas pelas hidrelétricas. Nova Mutum é uma vila que foi formada no início de 2011 para receber famílias de pescadores, indígenas e agricultores que tiveram de ser realocados devido à inundação de Mutum Paraná, distrito onde viviam. A área, alagada pela Usina de Jirau, não pôde mais ser habitada.

O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável por Jirau, construiu 1,6 mil casas. Destas, 400 foram destinadas aos moradores reassentados e o restante ficou para os funcionários da usina. Distantes 60 quilômetros de suas antigas moradias, os ex-ribeirinhos reclamam que a vila pode até ser mais moderna, mas não oferece alternativas de fonte de renda. Afinal, sem o rio e as terras em que plantavam, a subsistência dos povos tradicionais acaba seriamente comprometida.

Apesar de ter sido inaugurado há um ano e meio, o povoado já começa a apresentar problemas comuns às regiões vizinhas. O único posto de saúde passou quatro meses sem médico. Os primeiros socorros eram realizados por enfermeiros, mas, em caso de complicação, os pacientes precisavam ser transferidos para a capital. Como só há uma ambulância, o transporte, muitas vezes, ainda é feito pela viatura da Polícia Militar. Especialidades como ginecologia, obstetrícia e pediatria são consideradas um luxo, e toda a demanda dos distritos acaba sobrecarregando os hospitais, já deficientes, de Porto Velho.

A escola Nossa Senhora de Nazaré, de Ensino Fundamental, foi construída com os recursos da ESBR voltados à compensação social, mas também parece estar longe de atender às necessidades da população. “Aqui é um breu à noite, e não adianta trocar as lâmpadas. Do jeito que a instalação elétrica foi feita, acaba dando curto-circuito”, comenta o vigilante José Mirleson. Ângela Fortes aponta



Projeto Vira Vida oferece cursos profissionalizantes e apoio à inserção no mercado de trabalho

Uma nova chance

Projeto aposta na qualificação profissional para oferecer oportunidades a jovens vítimas de violência sexual

Tentando preencher as lacunas deixadas pelo poder público, algumas iniciativas têm se destacado no combate à exploração sexual infanto-juvenil. Uma delas é o projeto Vira Vida, que já atendeu mais de 2 mil jovens em todo o país, oferecendo cursos profissionalizantes e apoio à inserção no mercado de trabalho.

O público é formado por alunos de 16 a 21 anos, oriundos de famílias de baixa renda, que tiveram suas histórias ligadas à violência sexual. Lá, recebem atendimento psicossocial, reforço escolar, orientação jurídica, noções de saúde, ética e cidadania. Os educandos têm direito a uma bolsa no valor de R\$ 500 por mês, dos quais 20% ficam retidos em uma poupança, que será resgatada ao fim do processo de formação.

O projeto está presente em 16 estados e, em 2011, teve início em Rondônia. Hoje, a unidade funciona na capital, Porto Velho, e trabalha com quatro turmas: duas do curso de auxiliar administrativo, uma na área de vestuário e outra de montador de estruturas metálicas. Depois de formados, os egressos são acompanhados durante um ano e recebem apoio para enfrentar eventuais dificuldades de adaptação nas primeiras experiências profissionais.

De acordo com a coordenadora operacional do Vira Vida, Maria Alice Ribeiro, um dos objetivos mais importantes da equipe é fortalecer a autoestima dos jovens e resgatar os laços familiares. Para isso, são promovidos encontros mensais, que, na opinião da coordenadora, são fundamentais para estimular o diálogo e compartilhar experiências entre técnicos, pais, mães e alunos.

Uma das participantes mais dedicadas é Patrícia*. A estudante, hoje com 19 anos, faz questão de colaborar com todas as atividades e acredita que está aprendendo a ter uma nova postura diante dos problemas. A menina é a mais velha de cinco irmãos e perdeu as contas de quantas vezes precisou sair de casa para não ver a mãe apanhar do padrasto. Foi morar com o tio, que aproveitou da situação para abusar de Patrícia, então com 16 anos. Sem nunca ter superado o trauma, virou vítima do oportunismo das ruas e acabou prostituída. A virgindade foi vendida para um senhor por R\$ 150, mas o preço das violências sofridas ela paga até hoje.

O idealizador do projeto e presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), Jair Meneguelli, afirma que é necessário estimular as potencialidades dos jovens para que possam superar essas experiências. “Eles têm talento e inteligência de sobra, só falta oportunidade”, ressalta. O modelo aplicado em Porto Velho deve ser, em breve, estendido ao distrito de Jaci-Paraná. “Visitei Jaci e constatei que a realidade lá é muito triste. Uma vez ouvi alguém comentando que a prostituição era necessária para acalmar os operários. Eles podem fazer o que quiserem, mas sem abusar das nossas crianças”, enfatiza.

As ações serão adaptadas às peculiaridades da comunidade. Em vez da qualificação profissional voltada aos maiores de 16 anos, como acontece no restante do país, o objetivo é atender ao público infantil, de maneira preventiva. O foco será dado a crianças de 7 a 14 anos, que terão acesso a atividades esportivas no contraturno escolar. A nova unidade é resultado da parceria entre o SESI e as demais entidades do Sistema S, e deverá ser implantada até o final de 2012. **F**





Adolescente grávida, de Nova Mutum. O índice de partos realizados em meninas de 10 a 19 anos está em torno de 28% do total de atendimentos de Porto Velho

para as rachaduras das paredes. “As divisórias das salas de aula não são de alvenaria, o material é tão fino que já está quebrado”, denuncia.

Quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, o relatório divulgado em março deste ano pela ESRB mostra que, dos 160 milhões de reais destinados pelo consórcio às obras de compensação social em Rondônia, 1 milhão estaria reservado para ações específicas de combate ao problema. Porém, até essa data, apenas 20% dos recursos haviam sido utilizados.

Santo Antônio

A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio está em uma localização privilegiada em relação a Jirau – distante apenas 10 quilômetros do centro de Porto Velho – e encontrou condições de urbanização mais avançadas do que na pobre vila de Jaci-Paraná. Porém, o impacto do megaprojeto não pode ser subestimado. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da capital rondoniense subiu de 369 mil para 435 mil habitantes desde 2007.

É comum ouvir, entre os moradores, as queixas a respeito do aumento do número de carros, a demora para conseguir atendimento médico e o clima de insegurança, principalmente à noite. Muitos se sentem forasteiros dentro da própria cidade em que nasceram. O crescimento da violência não é apenas impressão. Os números mostram que as crianças e os adolescentes estão, mesmo, mais vulneráveis. Em 2011, Rondônia ocupou o quinto lugar no número de denúncias de violações de

direitos humanos contra meninos e meninas, de acordo com o Disque 100, serviço de atendimento do governo federal. O estado apresentou 35,3 denúncias para cada 50 mil habitantes e ficou atrás apenas do Amazonas, Rio Grande

do Norte, Distrito Federal e Maranhão. Quando comparados os primeiros quatro meses de 2012 com o mesmo período do ano passado, as denúncias passaram de 231 para 371, o que corresponde a um aumento de 60,6%.

Em nota, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República afirma que, há dois anos, vem desenvolvendo, em parceria com a organização não governamental Terra dos Homens, um plano de ação com Santo Antônio Energia, para a realização de oficinas e campanhas de sensibilização dos trabalhadores dentro do canteiro de obras. Segundo o comunicado, essa é uma das ações que o governo federal implantou para tentar inibir a incidência de exploração sexual vinculada às hidrelétricas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A fragilidade da infraestrutura e a carência de políticas públicas nessas localidades foram alguns dos resultados observados pela pesquisa do “Projeto Girassol – tecendo redes”, em uma parceria entre o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CDCA/RO), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Petrobras. O levantamento buscou investigar a relação da violência sexual em áreas impactadas pela construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e comprovou que, apenas de 2009 a 2010, os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes mais do que dobraram. O número de denúncias, registradas em entidades como hospitais e delegacias especializadas, passou de 306 para 639, apenas nos distritos de Jaci-Paraná, Mutum e Abunã.

Com a palavra, os trabalhadores

Pesquisa inédita coordenada pela organização Childhood Brasil, em 2009, buscou traçar o perfil dos homens que atuam na construção de megaprojetos de infraestrutura no país. O objetivo prioritário foi compreender o envolvimento deles com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, foram ouvidos 288 entrevistados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rondônia. O resultado do levantamento pode ser conferido abaixo:

Dos 93,6% entrevistados que atuam na parte operacional das obras, 37,5% têm o ensino fundamental incompleto, outros 21,2% concluíram o ensino fundamental;

- 87,5% afirmam que a distância da família é a maior dificuldade enfrentada por eles;
- 48,8% têm renda familiar mensal de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00;
- 53% se sentem discriminados pela sociedade;
- 97,2% afirmam que a prostituição é comum por onde andam;
- 66,9% acreditam que os companheiros saem com crianças/adolescentes e 25,4% dizem ter feito o mesmo;
- 40% avaliam que a situação é mais grave na Região Norte;
- 15,8% admitem nunca ter usado preservativo.

Considerando o município de Porto Velho – que abrange essas e outras regiões –, pode-se afirmar que o número de homicídios dolosos cresceu 44%. Somente entre 2008 e 2010, a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual já havia subido 18%. E, no período de 2007 a 2010, houve elevação de 208% no número de estupros na capital rondoniense. Os dados foram apresentados no relatório da Plataforma Dhesca Brasil, um conjunto de organizações que desenvolveu um projeto para monitorar as violações de direitos humanos no complexo hidrelétrico do rio Madeira.

Para a secretária de Assistência Social da prefeitura de Porto Velho, Edna Vasconcelos, as estatísticas de violência sexual infanto-juvenil não mostram um acréscimo real, mas refletem apenas o aumento no número de denúncias, resultado das campanhas informativas realizadas na região. A Secretaria de Estado de Assistência Social não respondeu às ligações, e os representantes dos consórcios Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, por meio de assessoria, disseram que não iriam se manifestar sobre o assunto. **F**

**Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados.*

“É como se Porto Velho fosse uma zona de sacrifício”

O pesquisador e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Luis Fernando Novoa, critica a maneira como as empresas responsáveis pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio conduzem as obras de compensação social. Para ele, deveria haver mais transparência e abertura para a participação da sociedade civil. Novoa faz, ainda, uma prospecção do que será da população local depois que as usinas forem concluídas.

Fórum – Que tipo de mudanças puderam ser observadas em Porto Velho nos últimos anos?

Luis Fernando Novoa – Nós nos deparamos com o aumento da prostituição, das drogas e da criminalidade. Uma das questões não resolvidas foi a não compatibilização entre a escala das grandes obras e a infraestrutura viária e a social da cidade. Além da inviabilidade ambiental, atestada pela primeira equipe do Ibama devido à interrupção do ciclo migratório dos peixes e pela imprevisibilidade quanto à sedimentação e erosão por efeito das barragens, era evidente também a inviabilidade social do projeto. Seria preciso fazer obras antecipatórias de vulto na cidade, além da qualificação profissional da população local para que as megaobras não fossem tão agressivas e desestruturadoras do tecido social. O que digo é que não bastariam apenas os recursos de compensação das empresas para enfrentar os impactos. Seria necessária uma condução efetiva, pela esfera federal, de caráter interministerial, e com participação da sociedade civil. Antes, a violência era localizada nas áreas de segregação. Com a nova e caótica economia trazida pelas usinas, há um cenário de tensão ampliado e absoluta desproteção dos direitos dos mais vulneráveis. Há um completo desaparecimento dos sistemas de proteção específicos, quando deveriam ser priorizados na situação calamitosa que se encontra a cidade nos últimos anos.

Fórum – O senhor descreve um quadro de grande fragilidade dessas populações. Qual seria a relação desse fator com o aumento da exploração sexual? E quais as especificidades da violação dos direitos infanto-juvenis nesse novo momento econômico de Rondônia?

Novoa – Creio que existe um cruzamento de variáveis que faz levar a essa autodegradação como sociedade. Quando há um crescimento



O cotidiano diurno e noturno de Jaci-Paraná

acelerado, com baixa previsibilidade dos meios de ascender, geram-se zonas cinzentas do ponto de vista da lei e da ética. Os surtos de crescimento criam cenários favoráveis a uma competição interindividual violenta e agressiva. Nesse cenário, a insegurança e a sensação de impotência revertem-se em atitudes de autoafirmação, manifestadas, muitas vezes, de maneira sexista. No caso de Rondônia, foram praticamente 40 mil novos empregos diretos e indiretos, 70% ocupados por homens e a maioria de fora do estado. Aqui ainda havia a cultura do garimpo, que predisponha à exploração sexual em momentos de pico da atividade. As usinas criaram um mercado de grande escala, e a pressão sobre os adolescentes é muito forte, como alternativa econômica. A prostituição surge como um meio rápido de resgate da miséria.

Fórum – No Brasil, existe ainda uma carência no que diz respeito a dados e estatísticas que sistematizem os problemas ligados à violação de direitos humanos. De que forma essa lacuna pode prejudicar o enfrentamento da exploração sexual, por exemplo?

Novoa – Se não há um acompanhamento permanente e fiscalização *in loco*, o problema vai sendo dissimulado e maquiado. A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a prefeitura de Porto Velho se comprometeram a adotar um plano emergencial de combate à violência sexual, mas até agora os órgãos específicos e seus programas não foram devidamente aparelhados. Na verdade, essa questão deveria ser assunto de Estado, e não meramente setorial. Se a obra está inscrita no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é considerada “prioritária” e de “interesse nacional”, como as populações locais e as crianças se inserem nessa classificação? Da forma como as empresas e as três esferas de governo vêm lidando com a implementação das usinas hidrelétricas do rio Madeira, é como se Porto Velho fosse uma zona de sacrifício para fornecer energia em grande escala, e não para o Brasil, mas para indústrias voltadas para exportação.

Fórum – A seu ver, o que sobrarão do município de Porto Velho e dos distritos de Jaci-Paraná e Nova Mutum depois que as obras acabarem? Qual cenário ficará para a população local?

Novoa – Haverá um quadro previsível de depressão pós-usinas, pois

A violência sexual em números

- 88,7% das vítimas são do sexo feminino;
- 64% estão na escola. Destes, 59% são alunos da rede pública de ensino;
- 44,3% sofreram abuso sexual intrafamiliar; 41,3%, extrafamiliar e 13,9%, exploração sexual (prostituição);
- 59% são pardos;
- 80% denunciaram, mas 78% não sabem dizer se os casos foram atendidos e acompanhados adequadamente.

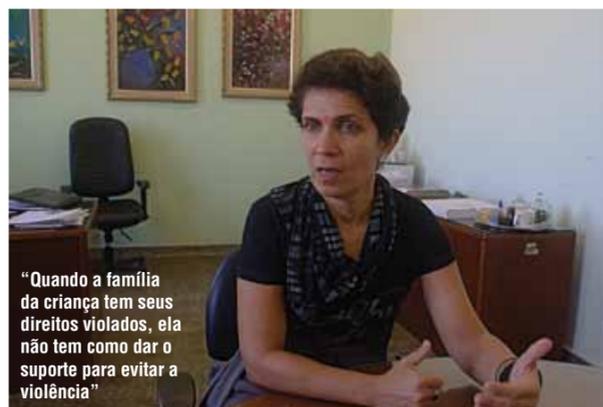
Informações divulgadas pelo Projeto Girassol (CDCA/UNIR/Petrobras, 2011), referentes a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nos distritos de Jaci-Paraná, Mutum e Abunã.

o pico das construções tende a cair lentamente. Iniciada a operação, anula-se o efeito do dinamismo temporário. Não foi planejada uma transição econômica com a criação de serviços especializados, que se conjugassem com o dinamismo das obras. A lógica foi ganhar ao máximo, em um curto espaço de tempo, o que, no fim, se mostra predatório para todos. Teremos uma cidade desinchada, mas com áreas de exclusão ampliadas. Os royalties serão pagos, mas não são suficientes nem aplicados de forma transparente. Esse quadro só se altera com uma maior presença do Estado, acompanhada do controle social. A cidade precisa aperfeiçoar seus espaços de participação. Nos distritos, líderes comunitários que denunciaram casos de superfaturamento nas obras de compensação social das empresas foram ameaçados e alguns tiveram que simplesmente sair do estado.

Fórum – Existe o indicativo de construção de duas outras usinas hidrelétricas em Rondônia: uma, em Guajará-Mirim e outra, em Machadinho D'Oeste. O senhor acredita que a população do estado estará mais preparada para enfrentar esses problemas?

Novoa – As perspectivas de reversão desse cenário não são animadoras. As primeiras audiências públicas realizadas para discutir os termos de referência da Usina Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machadinho, reproduzem o mesmo tipo de descompromisso com a população e o meio ambiente. Há muita propaganda acerca dos benefícios do progresso e nenhuma disposição das autoridades em discutir séria e francamente sobre os danos sociais e ambientais potenciais, sobre como enfrentá-los com base em metas acordadas e em um cronograma factível. Em Guajará-Mirim, ainda estão em fase de estudos, mas o caminho se repete. A diferença agora virá da sociedade civil e dos movimentos sociais, que estão mais preparados para enfrentar os métodos de manipulação e cooptação. Da parte dos acadêmicos críticos, estaremos à disposição para socializar, nas comunidades desses novos projetos, os dados desastrosos que estamos reunindo na área de afetação de Santo Antônio e Jirau. Esperamos que esse intercâmbio possa contribuir para fortalecer a resistência a essas novas hidrelétricas no estado. **F**

“Eles sabiam que isso iria acontecer”



Maria Berenice Tourinho é doutora em Psicologia Social e do Trabalho e atualmente ocupa o cargo de reitora da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Sobre as transformações ocorridas em Porto Velho nos últimos anos, ela afirma que houve omissão do poder público quanto aos efeitos da construção de grandes usinas hidrelétricas na região. Segundo ela, as crianças e os adolescentes são os mais atingidos pela falta de políticas voltadas à população ribeirinha. Sem condições de sobrevivência, a exploração sexual cresce entre meninos e meninas.

Fórum – Como a senhora avalia os impactos sociais causados pelas usinas de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho e regiões adjacentes, sobretudo nos índices de exploração sexual?

Maria Berenice Tourinho – Falando como pesquisadora da área de políticas públicas para a infância e a adolescência, posso dizer que o fenômeno da exploração sexual já acontecia antes por uma questão de sobrevivência, mas não era muito incidente. Com a construção desses grandes empreendimentos, sentimos que a situação aumentou de expressão. Como nós identificamos isso? A partir de várias frentes de pesquisas empreendidas pela Universidade, com os cursos de Enfermagem, Medicina e Ciências Sociais. Os indicadores começaram a demonstrar uma elevação de valores numéricos, e o que chama a atenção é que nós já tínhamos essa leitura mesmo antes da vinda desse intenso fluxo de trabalhadores para a região.

Fórum – Então, os problemas enfrentados hoje eram previsíveis? Na sua opinião, eles também foram avaliados adequadamente pelo poder público e pelas empresas responsáveis pelas obras?

Tourinho – Eles sabiam que isso iria acontecer. Ou, pelo menos, tinham uma ideia. Há dez anos, já era dito que Rondônia receberia as hidrelétricas, aportando o desenvolvimento econômico do País como uma importante matriz energética. Os problemas da comunidade

local refletem o impacto causado por um adensamento populacional colonizador e predatório. Isso não é novo na nossa região. Esse é o problema. Nunca houve um investimento consistente, a partir do próprio desenvolvimento necessário às características do lugar. Houve, sim, ações geradas por pressões econômicas internacionais. A história do estado de Rondônia é uma sucessão de casos como esse.

Fórum – Poderia dar alguns exemplos?

Tourinho – Foi assim durante o ciclo da borracha e, depois, com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Mais tarde, veio a exploração de ouro e de cassiterita nos garimpos. Estamos vivendo o quarto e maior ciclo econômico, que é o da matriz energética. E o modelo continua igual: o desenvolvimento nacional impulsionado por demandas internacionais, que geram desgastes e fluxos migratórios intensos, sem o devido aporte. É inviável. Onde isso se reflete? Na fragilidade de vida que as populações locais já têm. Já existe uma ausência histórica do poder público nessas regiões. Por mais que os projetos sejam previstos, anunciados, a mobilidade do governo é absolutamente lenta. As políticas públicas deveriam vir rapidamente atender as comunidades, deveriam estar mais presentes, dando prioridade à parcela da população que se mostra mais vulnerável: as crianças e os adolescentes.

Fórum – O que foi percebido nos trabalhos feitos pela Universidade nos distritos diretamente atingidos pelas obras?

Tourinho – Vou dar um depoimento bem simples. Nós começamos com um projeto preventivo nas escolas, mostrando que seria necessário ter cuidado com o aumento da exploração sexual. E a gente ouvia algumas meninas dizendo: “Sei que não é uma forma muito boa, mas saindo daqui eu vou para o ponto, porque é assim que eu posso comprar as minhas coisas. Aqui não tem nada. Se eu ficar trabalhando no campo, nunca vou ter nada”. Com isso, tivemos que realinhar os nossos objetivos e passamos a trabalhar mais com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Nós já tínhamos perdido o bonde...

Fórum – Foi preciso adaptar o projeto a essa nova realidade...

Tourinho – Sim. Outro desafio foi que não havia registros de violência porque ela não era concebida como um problema pelo aparelho estatal. Não havia denúncias. Tivemos que fazer um trabalho de campo ouvindo as pessoas, os depoimentos, fazendo registros fotográficos. A gente descobriu o óbvio, mas que a pesquisa constata cientificamente. Havia uma naturalização da violência. Do ano passado para cá é que se montou uma delegacia e um conselho tutelar no distrito de Jaci-Paraná. Faltava discussão e um entendimento maior sobre o assunto.

Fórum – E como superar isso?

Tourinho – A gente atuou de forma educativa, capacitando alguns pais que quiseram participar, além de professores, agentes de saúde, representantes de sindicatos, associações e líderes comunitários. Passamos alguns dias falando sobre o que era a violência sexual e por que esses abusos não poderiam continuar acontecendo. Houve também elementos práticos, com demonstração dos métodos preventivos. Conversamos com os adolescentes divididos por faixas de idade, com linguagens diferenciadas. Trabalhamos praticamente em todas as escolas. A meta era atender pelo menos 80 atores sociais em cada um dos distritos de Abunã, Jaci-Paraná e Nova Mutum. Conseguimos triplicar esse número.

Fórum – Que tipo de apoio o jovem deveria ter para se manter longe da exploração sexual?

Tourinho – As políticas públicas de prevenção da violência mal chegam à capital, imagine nos distritos mais afastados. Existe uma po-

lítica maior que diz: “Nós precisamos desse projeto de desenvolvimento, vocês é que resolvam suas questões pontuais”. As ações são reativas, muitas vezes tentando remediar uma situação que já está dilacerada. A lógica do capital é imperativa em uma região empobrecida e em locais onde o poder público sempre foi ausente. Ainda há um fluxo migratório do Brasil inteiro para lá, fragilizando ainda mais a população. O mote continua sendo o desenvolvimento econômico em detrimento de outras políticas. Agora, nós temos uma preocupação para que isso não se repita em Belo Monte...

Fórum – E as comunidades ribeirinhas? De que forma os povos tradicionais da Amazônia foram afetados pelas grandes obras?

Tourinho – Essas populações não tinham conhecimento da enormidade do impacto. Com o tempo, se sentiram lesadas. Foram tiradas da beira do rio, onde, antigamente, viviam da pesca, do extrativismo, da pequena agricultura e da criação de animais. Sociologicamente, se você quer mudar a população de um local, tem que pensar nas condições oferecidas para ela trabalhar. Na vila que foi construída em Nova Mutum para remanejar os ribeirinhos, por exemplo, a população se queixava de que nem o cachorro pôde levar porque era uma regra de condomínio. Com a incidência do Sol, a casa fica muito quente. Começaram a puxar umas lonas, mas não podem fazer isso. Estava previsto ter um lago para criar peixes na vila, como forma de subsistência, mas nunca foi feito. Quem montou comércio em Nova Mutum foram os empresários da capital, Porto Velho. Cadê os pequenos comerciantes locais, os donos de tabernas? Existe uma visão pequeno-burguesa de dar uma casa com banheiro, com uma certa estrutura, mas esquecem o fundamental: como esse pessoal vai sobreviver? Se perguntarem se eles gostaram dessa tal “evolução”, vão dizer que querem voltar para o seu pedaço de terra, porque lá, pelo menos, tinham onde plantar.

Fórum – Como essa realidade contribui para a incidência de exploração sexual?

Tourinho – Quando a família da criança tem seus direitos violados, ela não tem como dar o suporte para evitar a violência. Não tem escolaridade, não tem saúde e, sozinha, não se sustenta como um agente de proteção. O próprio jovem não se sustenta. Precisam de mais opções de lazer. Cadê os parques, os eventos esportivos? A única opção é ir para o bar. Temos que dar alternativas aos jovens, porque do jeito que estão, eles ficam extremamente vulneráveis. Não podemos esquecer que muitos trabalhadores das obras já estão indo embora e deixando os “filhos das usinas”. Temos um aumento da escala de rondonienses nascendo sem pai. É a perpetuação da violação de direitos. **F**

